

CARTA FORTALEZA 2025

**Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias
Públicas do Brasil - CNODP**

Durante os dias 28, 29 e 30 de maio de 2025 realizou-se a **2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas**, em Fortaleza, Ceará, estado que é berço de Lutadores/as do povo como Patativa do Assaré, Bárbara de Alencar e Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, que representam a defesa dos direitos, da liberdade e da dignidade humana em diferentes contextos de nossa história. Esses exemplos históricos continuam a orientar práticas contemporâneas de participação e engajamento social, inspirando a atuação das Ouvidorias.

Nesse contexto, as Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas constituem instrumentos fundamentais de acesso à cidadania, permitindo que a população manifeste suas prioridades e colabore na definição de políticas institucionais.

Ao fortalecer canais de escuta ativa e promover a participação popular, a Defensoria Pública reafirma seu compromisso com a democracia e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A experiência histórica de luta e resistência no Ceará inspira a atuação da instituição, demonstrando que a participação direta da população é essencial para a efetivação de direitos e para o aprimoramento das políticas públicas.

Neste encontro, marcado pela presença plural das 18 Ouvidorias Gerais das Defensorias Públicas do Brasil, reafirmamos a centralidade da escuta da sociedade civil na construção democrática da Defensoria Pública por meio da participação dos ouvidores/as na audiência pública do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Ceará - DPE-CE, realizada em Fortaleza. O espaço de participação direta trouxe à tona as inúmeras e diversas vozes de movimentos sociais, coletivos e lideranças comunitárias que, ao exporem suas realidades, expressaram as urgências do povo cearense em múltiplas dimensões de direitos.

O orçamento participativo da DPE-CE é uma iniciativa institucionalizada desde 2016 que permite à população definir prioridades sobre a atuação da instituição. Trata-se de uma política de democracia participativa, na qual a participação da sociedade civil exerce papel central na definição das ações da Defensoria, reforçando a proximidade entre a Defensoria e os cidadãos, permitindo que demandas concretas sejam escutadas com profundidade e incorporadas ao planejamento institucional.

2ª

**REUNIÃO
ORDINÁRIA**

do Conselho Nacional de Ouvidorias
da Defensorias Públicas do Brasil

CNODP
CONSELHO NACIONAL DE OUVIDORIAS
DE DEFENSORIAS PÚBLICAS

**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ**



Na audiência do Orçamento Participativo em Fortaleza debateu-se dentre as pautas apresentadas:

1. Direito à saúde e alimentação – a luta de mães e familiares de crianças com alergia alimentar (APLV), reivindicando acesso efetivo a fórmulas especiais e cumprimento de protocolos já estabelecidos;
2. Direitos da população LGBTQIA+ – a solicitação de ampliação dos mutirões de retificação de nome e gênero, bem como políticas de enfrentamento à violência e promoção da dignidade de pessoas trans e travestis em todo o Estado;
3. Trabalhadoras e trabalhadores da Massoterapia – denúncia de violações e da precarização do trabalho de ambulantes, pedindo atuação firme da Defensoria pela garantia do direito ao trabalho dos profissionais e a acesso livre à praia;
4. Combate ao racismo estrutural – proposta de criação e fortalecimento de núcleos de enfrentamento ao racismo, em sintonia com a pauta das Marchas das Mulheres Negras e coletivos antirracistas;
5. Infância e juventude – fortalecimento dos Núcleos NUAJA e NADIJ e fiscalização das políticas orçamentárias destinadas à infância, diante da redução dos recursos municipais e da omissão estatal;
6. Ampliar e capilarizar a Rede Acolhe para atender famílias e pessoas nos mais diversos territórios e que esse projeto tenha ações próprias dentro do orçamento da Defensoria;
7. Instalação de sede própria da Defensoria no bairro Bom Jardim;
8. Interiorização e capilaridade da Defensoria – realizar Defensoria em Movimento junto ao caminhão da Secretaria de Proteção Social do Estado para atendimento das juventudes (acesso a documentação);
9. Realizar parcerias entre Cáritas, FCVSA e Defensoria para atendimento nas comunidades rurais;
10. Mulheres e combate à violência de gênero – criação de banco de dados sobre violências, expansão dos núcleos de defesa das mulheres no campo e fortalecimento das políticas de proteção em áreas rurais e urbanas;
11. Direitos ambientais e territoriais – defesa da comunidade da Sabiaguaba, das famí-



REUNIÃO ORDINÁRIA

do Conselho Nacional de Ouvidorias
da Defensorias Públicas do Brasil



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



lias em áreas de risco de alagamento e fortalecimento das políticas de educação ambiental e agroecologia;

12. Realizar parcerias com o movimento sindical para atuar nos territórios e bairros de menor IDH;
13. Criação de orçamento da Ouvidoria Geral para realização de atividades, dando-lhe mais autonomia;

Essas vozes, que ecoam dos territórios urbanos, rurais, periféricos e tradicionais, reafirmam que a Defensoria Pública e as Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas desempenham um papel essencial na consolidação da democracia e na promoção dos direitos humanos. Elas surgem como canais de escuta e participação social, aproximando a instituição das demandas reais da população, sobretudo das pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Em um país marcado pelo racismo estrutural, pela exclusão social e pela negação cotidiana de direitos, a atuação das Defensorias Públicas deve reafirmar que não há democracia verdadeira sem justiça social, e que o compromisso com a liberdade, a igualdade e a dignidade deve ser permanente. Assim, ao lado das comunidades, movimentos populares e organizações da sociedade civil, as Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil:

- **Reiteram** o compromisso com a consolidação do Orçamento Participativo como instrumento de democracia direta e de corresponsabilidade institucional.
- **Defendem** a efetivação das propostas apresentadas na audiência pública, para que as prioridades da população vulnerabilizada sejam incorporadas na prática institucional.
- **Convocam** as Defensorias Públicas a fortalecerem sua atuação nos territórios, dialogando com os movimentos sociais e garantindo que cada demanda apresentada encontre espaço de resposta e transformação.

Assim, o Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas reafirma sua missão de ser instrumento de resistência e transformação, em compromisso permanente para que as Defensorias Públicas permaneçam firmes pela defesa e garantia da dignidade humana.

Fortaleza, 30 de maio de 2025

Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas - CNODP



**REUNIÃO
ORDINÁRIA**

do Conselho Nacional de Ouvidorias
da Defensorias Públicas do Brasil

